

**DOMINÂNCIA FINANCEIRA,
REGULAÇÃO LEGAL E ESPAÇO URBANO:
o caso da regularização fundiária no Brasil**

Conselho Editorial Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

DOMINÂNCIA FINANCEIRA,
REGULAÇÃO LEGAL E ESPAÇO URBANO:
o caso da regularização fundiária no Brasil

LETRAPITAL

Copyright © Tarcyla Fidalgo Ribeiro, 2021

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Luiz Guimarães

PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Do Autor

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R372d

Ribeiro, Tarcyla Fidalgo

Dominância Financeira, Regulação Legal e Espaço Urbano [recurso eletrônico]: o caso da regularização fundiária no Brasil / Tarcyla Fidalgo Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.

Recurso digital (Metrópoles)

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87594-94-1 (recurso eletrônico)

1. Urbanização - Brasil. 2. Direito urbanístico - Brasil. 3. Solo - Uso - Legislação - Brasil. 4. Capitalismo. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

21-70436

CDD: 307.760981

CDU: 316.334.56:349.4(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tels: +55 (21) 3938-1950/1932
www.observatoriodasmetrosoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

À Maria Amélia (*in memoriam*),
por tanto, por tudo

“Não é lamentável que a pele de um cordeiro inocente seja transformada em pergaminho? E que o pergaminho sendo escrito, desgrace a vida de um homem? Alguns dizem que a abelha dá ferroadas, mas eu digo que é cera que ela dá. Pois assinei e selei uma vez certa coisa, e nunca mais fui dono de mim mesmo”.

William Shakespeare

(Henrique VI, parte 2, ato IV, cena 2)

Lista de Gráficos e Figuras

Gráfico 1: Títulos da Dívida Pública interna/Produto Interno Bruto	77
Gráfico 2: Comparação de taxas de juros reais entre países em desenvolvimento	79
Gráfico 3: Crescimento de reservas internacionais brasileiras 2004-2014	80
Gráfico 4: Financeirização e acumulação de capital fixo produtivo 1970-2010	82
Gráfico 5: Endividamento privado (% do PIB) 2001-2016	84
Gráfico 6: Histórico do número de FII registrados para negociação na BM&FBOVESPA.....	100
Gráfico 7: Estoque de Certificados de Recebíveis Imobiliários depositados na CETIP	136
Gráfico 8: Estoque de Letras de Crédito Imobiliário depositadas na CETIP.....	137
Figura 1: Linha do tempo regulações sobre regularização fundiária no Brasil	150
Figura 2: Fluxograma Perspectiva Global da Administração Fundiária.....	192
Gráfico 9: Emendas por tema MP 759/16.....	204
Gráfico 10: Emendas por partido	204

Sumário

1. Introdução.....	11
Esclarecimentos conceituais preliminares	19
2. O capitalismo sob dominância financeira	27
2.1 Apontamentos históricos e sistêmicos	27
2.2 As relações entre capitalismo sob dominância financeira e neoliberalismo.....	34
2.3 A dominância financeira e a exacerbação do capital fictício	40
2.4 Aspectos da dominância financeira	42
3. Efeitos da dominância financeira na esfera urbana	48
3.1 A dimensão urbana do capitalismo e sua expressão no contexto de dominância financeira	49
3.2 Os ajustes espaço-temporais	52
3.3 A terra urbana e o capitalismo.....	58
4. O capitalismo sob dominância financeira no Brasil	73
4.1 O capitalismo sob dominância financeira no Brasil	74
4.2 O capitalismo sob dominância financeira e o espaço urbano no Brasil.....	89
5. A regulação legal e o capitalismo sob dominância financeira	105
5.1 O direito, o desenvolvimento dos mercados e o surgimento do capitalismo.....	106
5.2 O direito como instituição e o capitalismo	113
5.3 O papel da regulação legal no capitalismo sob dominância financeira	121
5.4 A regulação e a inserção brasileira no capitalismo sob dominância financeira.....	128

6. Das interlocuções via regulação legal entre capitalismo sob dominância financeira e o espaço urbano no Brasil: o caso da terra urbana a partir da análise das alterações regulatórias da regularização fundiária	149
6.1 Breve histórico da questão fundiária brasileira	151
6.2 Os desafios da propriedade fundiária para o aprofundamento da inserção do Brasil no cenário capitalista internacional	165
6.3 O papel da regulação nas políticas fundiárias brasileiras no século XX	170
6.4 O novo marco regulatório legal da regularização fundiária e a mediação entre a dominância financeira e a terra urbana no Brasil	211
7. Considerações finais	237
Referências	243

Introdução

A presente tese tem como objetivo explorar o papel da regulação legal na mediação das relações entre o capitalismo sob dominância financeira e o espaço urbano, a partir da dimensão fundiária. Para tanto, adotará uma perspectiva interdisciplinar, utilizando elementos dos campos teóricos do planejamento urbano, economia política e direito.

Quanto aos campos teóricos acionados, os estudos urbanos trazem em si uma vocação interdisciplinar, na medida em que a compreensão dos fenômenos que se constituem em seu objeto depende de uma multiplicidade de olhares e saberes, apenas possível por meio de um diálogo estreito entre diversos campos do conhecimento. Apesar disso, a busca pela realização de uma pesquisa em um lugar de intersecção se justifica pela pouca atenção que os três campos citados dão um ao outro, apesar de possuírem objetos em comum e contribuições analítica recíprocas inquestionáveis.

Especificamente no âmbito dos estudos sobre as cidades, o direito é frequentemente negligenciado, formando uma lacuna nas análises tendo em vista as inegáveis relações recíprocas historicamente constituídas entre a ordem legal e a cidade capitalista. Os processos de (re)produção da cidade são necessariamente perpassados pelo direito e sua adequada problematização depende de análise conjunta a partir do campo jurídico em conjugação com outros campos do conhecimento.

Apesar da frequente negligência, é notória a existência de uma proximidade entre capitalismo, direito e espaço urbano estabelecida desde os seus primórdios. No que se refere às relações entre capitalismo e direito autores como Weber (2006, p.251), inclusive, consideram a racionalização da ordem legal como fator determinante para o surgimento do capitalismo, que necessitava de uma ordem jurídica específica, capaz de dar sustentação e garantir as condições para seu funcionamento.

Para além da importância do direito na formação dos mercados e no próprio surgimento do capitalismo, trata-se de uma instituição

fundamental à organização social e diretamente associada ao Estado, tanto para a legitimação das propostas de regulação quanto para a garantia de sua aplicabilidade por meio da coerção. Neste sentido, a disputa pelo direito é fundamental para a prevalência de certos arranjos sociais e econômicos, tendo sido determinante para a manutenção do capitalismo até aqui.

Um aspecto particular do direito que merece destaque na determinação da importância das relações estabelecidas entre direito e capitalismo é o aprofundamento e a proteção da propriedade privada. O desenvolvimento e disseminação de regulações que instituíam e protegiam a propriedade privada permitiram que vários bens, antes fora do mercado, passassem a integrar as dinâmicas mercantis e, posteriormente, capitalistas (TIGAR e LEVY, 1978 e TOPALOV, 1973). O principal alvo da expansão da propriedade privada foi exatamente a terra, objeto do presente trabalho.

Essa expansão da propriedade sobre a terra vem sendo um dos objetivos capitalistas desde sua origem, sempre encontrando resistências e limitações pela própria natureza da terra, que apenas pode ser considerada uma mercadoria fictícia sob o marco teórico marxista visto que não possui valor ao não ser criada a partir de um processo de produção capitalista que conta com o trabalho humano. Esse objetivo adquire especial relevância no momento atual de dominância financeira, no qual a acumulação se dá prioritariamente a partir de relações proprietárias-rentistas, em detrimento da produção.

Neste cenário de especial importância da propriedade – inclusive a fundiária –, o direito se estabelece como elemento fundamental para a estabilização do sistema de acumulação e para a abertura/aprofundamento de novas fronteiras de acumulação, dentre as quais se encontra a terra urbana.

Sob o aspecto metodológico, importante destacar que o direito engloba um conjunto de atos executados por diferentes agentes e com diferentes graus de efetividade – decisões judiciais, leis, normas administrativas, etc. – constituindo uma espécie de sistema de controle social. Apesar de reconhecer a complexidade do sistema jurídico, a tese que ora se introduz terá como foco a dimensão da regulação legal.

O recorte escolhido se justifica por algumas características próprias da regulação legal, como sua maior legitimidade democrática em relação a outras dimensões jurídicas e o elevado grau de segurança capaz de implementar nos âmbitos econômico e social. Além disso, defende-se a existência de uma multiplicidade de funções cumpridas pela regulação formal, independentemente de sua efetividade, como a sinalização de tendências, a coordenação de atividades e relações sociais, o aumento de credibilidade das estruturas de governança (MILHAUPT e PISTOR, 2008, p.4) e a criação de uma gramática própria, pela qual se impõe a lógica do capital (MARAZZI, 2014).

Por outro lado, as relações entre capitalismo e espaço urbano também se encontram historicamente estabelecidas (TOPALOV, 1973, p.8, LEFEBVRE, 2008). Embora as cidades sejam mais antigas que o capitalismo, foram indispensáveis para seu surgimento e desenvolvimento. No momento atual, caracterizado pela dominância financeira, alguns autores (CHRISTOPHERS, 2011 e DE MATTOS, 2016) apontam para um crescimento da importância das cidades para a acumulação capitalista.

Partindo do recorte estabelecido, propõe-se a interpretação de que a regulação legal vem mediando as relações entre o capitalismo e espaço urbano ao longo da história, com destaque para a difusão da propriedade privada, sob o aspecto prático e enquanto ideologia, que se mostra fundamental até os dias atuais.

Conforme mencionado anteriormente, a propriedade assume papel privilegiado no cenário de dominância financeira inerente ao capitalismo na atualidade. Nas últimas décadas, a propriedade tem se mostrado mais relevante para fins de acumulação de capital do que a própria produção, dado o privilégio do rentismo nas dinâmicas capitalistas na atualidade. Por sua vez, o protagonismo da propriedade se liga diretamente à regulação legal, que lhe garante proteção por meio do poder de coerção a ela emprestado pelo Estado.

Deste modo, capitalismo, regulação legal e espaço urbano estabelecem relações recíprocas cuja problematização é fundamental para uma adequada compreensão de diversas transformações recentes nas cidades. Na presente tese pretende-se abordar essas relações a partir da dimensão fundiária, buscando compreender as

recentes alterações na legislação brasileira sobre o tema a partir da perspectiva da mediação exercida pela regulação legal nas relações entre capitalismo e espaço urbano.

Entende-se que essa mediação, no modelo de acumulação capitalista atual sob a dominância da lógica financeira, se realiza a partir da homogeneização do regime jurídico da terra no Brasil, a partir da disseminação de relações de propriedade individual capazes de aprofundar a mercantilização e promover a utilização da terra como ativo financeiro.

O sentido da homogeneização está na constituição das bases para a utilização da terra como capital, por meio de dinâmicas financeiras e de crédito, e também na difusão de um *ethos* relacionado com o uso capitalista da terra, que pode ser entendido como uma expressão do próprio *ethos* neoliberal.

A terra se coloca como um desafio renovado para o capitalismo sob dominância financeira, com maior destaque para as tensões relativas à sua conversão em mercadoria e, em última instância, ativo financeiro. Assim, o avanço de um capitalismo dominado pela lógica financeira impõe uma nova dinâmica à terra, em especial a urbana, que pressupõe a homogeneização do seu regime jurídico a partir do paradigma da propriedade privada individual e um controle registral estrito, de modo a garantir o aprofundamento da sua conversão em mercadoria e utilização como ativo financeiro.

Esta dinâmica imposta à terra urbana se relaciona diretamente com a submissão das próprias cidades, de forma crescente, à lógica financeira, mediada pela regulação legal. A visão dos espaços urbanos como soluções virtuosas para crises de sobreacumulação ou como novas fronteiras de acumulação, abre espaço para sucessivas tentativas de levar ao limite a conversão da terra urbana em mercadoria e sua utilização como ativo financeiro. Esse processo passa, obrigatoriamente, pelo aspecto regulatório, diretamente relacionado ao papel do Estado em um cenário de hegemonia neoliberal.

A regulação legal assume papel de destaque nesses processos na medida em que é a responsável por construir as bases para sua ocorrência. É a regulação que dá o primeiro passo para a homogeneização do regime jurídico da terra urbana, e que permite a abertura de novas formas de acumulação que tenham o urbano como base.

O tema proposto dialoga diretamente com processos políticos, sociais e econômicos atualmente em curso no Brasil. Ao longo da tese se buscará demonstrar como estes processos estão conectados, apesar das contradições que lhes são inerentes, afetando de forma decisiva a atuação da regulação legal como mediadora no aprofundamento da dominância financeira no país.

No caso específico da terra urbana, defende-se que estes processos, políticos, sociais e econômicos, produziram uma conjuntura de alteração do marco normativo e do modelo de regularização fundiária adotado no país, representada pela Lei 13.465 (BRASIL, 2017) e aprofundada por regulações e projetos posteriores, que parece ser uma tentativa de estabelecer as condições para uma nova etapa do processo de mercantilização e para o aprofundamento da financeirização da terra urbana, em consonância com os interesses de frações capitalistas ligadas ao capital imobiliário e financeiro.

Como será detalhado mais adiante, a Lei 13.465 (BRASIL, 2017) transforma a regularização fundiária em um instrumento primordialmente de titulação sob o regime da propriedade privada individual, em detrimento de outros aspectos privilegiados no modelo anterior como a regularização urbanística e a mitigação de riscos aos moradores. Com isso, estabelece as condições para a promoção da homogeneização do regime jurídico da terra no Brasil, pressuposto para uma nova etapa do processo de mercantilização da terra e aprofundamento de seu processo de financeirização.

A referida lei, em conjunto com outras regulações posteriores no mesmo sentido, se inserem em um cenário político de “tomada de iniciativa” de forças mercantis e financeiras que passaram a dominar a coalizão de poder estatal e que, no âmbito da gestão fundiária, se dedicaram à destruição do marco normativo anterior e sua respectiva gramática protetiva e sua substituição por um novo marco carregado por uma gramática capitalista da terra que visa a torná-la, legalmente e no âmbito das relações sociais, prioritariamente capital, mercadoria e ativo financeiro.

A edição de regulações e projetos posteriormente à lei 13.465 (BRASIL, 2017) no sentido de aprofundar e aperfeiçoar seus dispositivos, reafirma a importância do tema no cenário atual de inflexão ultraneoliberal disseminado no país. Isto porque, conforme se buscará demonstrar, a condição de irregularidade de

parte importante do estoque fundiário brasileiro impõe um esforço maior do Estado, especialmente no aspecto regulatório, para o aprofundamento de sua inclusão na dinâmica capitalista.

A necessidade deste maior esforço, que parece ter sido assumido como prioridade dos governos a partir do momento político e econômico de inflexão ultraneoliberal - marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff -, se justificaria pelos diversos riscos que envolvem o aporte de capitais nas cidades brasileiras e, especificamente, as negociações que envolvem a terra urbana no Brasil, como mercadoria ou ativo financeiro.

Ainda sob o aspecto metodológico, cabe destacar que não se pretende adotar uma caracterização monolítica da regulação como instrumento de tal e qual fração capitalista. No caso concreto analisado, qual seja, o da regularização fundiária, o caleidoscópio de interesses cristalizados na lei é claro e essa perspectiva não escapa à análise pretendida. No entanto, defende-se que a multiplicidade de interesses cristalizada na lei não foi capaz de alterar seu objetivo principal, qual seja, o de pavimentar o caminho para uma nova etapa de mercantilização e para o aprofundamento da utilização da terra urbana no Brasil como ativo financeiro.

Neste sentido, a hipótese que se apresenta é de que a regulação legal sobre a regularização fundiária representaria uma mediação que, a partir da homogeneização do regime jurídico da terra urbana, permitiria o aprofundamento das relações entre capitalismo sob dominância financeira e espaço urbano, a partir do aprofundamento da conversão da terra urbana em mercadoria e sua utilização como ativo financeiro.

Para a problematização da hipótese apresentada serão utilizados elementos dos três campos do conhecimento anteriormente destacados para a análise dos diversos aspectos envolvidos no processo de propositura e aprovação da Lei 13.455 (BRASIL, 2017), bem como dos diversos projetos e regulações posteriores que aprofundam seus objetivos.

Importante destacar que o caso escolhido para análise se constitui em um processo ainda em curso, do qual apenas é possível analisar o retrato dos interesses cristalizado no texto legal, as concepções ideológicas presentes explícita e implicitamente no debate e nos projetos de leis como expressões de interesses econômicos e as

tendências apresentadas com sua aprovação. A abordagem de um processo nesse estágio de desenvolvimento não permite que sejam feitas demonstrações inequívocas de efetividade ou análises de resultado, mas o material disponível é suficiente para uma análise sobre as funções eventualmente desempenhadas pela regulações legais sobre a regularização fundiária no Brasil.

Apesar das limitação impostas pelo momento histórico de redação da tese, sua relevância se mantém na medida em que as pesquisas realizadas sobre as articulações entre o capitalismo sob dominância financeira e o espaço urbano – via de regra com foco nos setores imobiliário e financeiro – pressupõem um cenário homogêneo da propriedade no país – sob os aspectos jurídico, sociais e conceituais - no sentido do cumprimento de pressupostos capitalistas que, na realidade, é minoritário. Com isso, ignoram a importância da mediação regulatória e os processos envolvidos no seu estabelecimento.

Antes de ingressar no estudo de caso – e na materialização analítica da interdisciplinaridade buscada na presente tese -, no entanto, será importante apresentar ao leitor outros aspectos, referentes a uma contextualização mais ampla sobre o que se entende por capitalismo sob dominância financeira e suas interlocuções com o espaço urbano, bem como uma análise mais detida da situação do Brasil diante do cenário capitalista internacional.

Do mesmo modo, será necessário abordar detidamente o papel do direito, sob o recorte da regulação legal, como mediador das relações entre o capitalismo e o espaço urbano, especialmente a partir da dimensão fundiária, historicamente e na atual etapa de dominância financeira.

Tudo isso para, enfim, estabelecer um diálogo entre os processos e referências até então acionadas para uma adequada análise da Lei 13.465 (BRASIL, 2017) e regulações posteriores, buscando compreender o processo de alteração regulatória como uma mediação no sentido do aprofundamento das relações entre a dominância financeira e o espaço urbano brasileiro, que ganha destaque acentuado a partir da inflexão ultraneoliberal ocorrida a partir de 2016.

Para tanto, a presente tese se encontra estruturada em cinco capítulos, para além das sessões de introdução e conclusão.

No primeiro, será apresentado ao leitor o conceito capitalismo sob dominância financeira e suas relações com o conceito de neoliberalismo. Além da análise conceitual, procura-se destrinchar seu mecanismo de acumulação preferencial, focado na lógica do capital fictício, problematizando seus limites e implicações.

No segundo capítulo, busca-se apresentar os efeitos da dominância financeira nas cidades, com foco na terra urbana e os desafios, históricos e contemporâneos, que sua apropriação representa para o capitalismo.

No terceiro capítulo busca-se trazer as reflexões anteriores sobre a etapa atual de dominância financeira do capitalismo e seus efeitos no espaço urbano brasileiro. Para tanto, serão analisados aspectos da inserção do Brasil no cenário mundial de dominância financeira, com destaque para o caráter subordinado de tal inserção e suas consequências, bem como as formas pelas quais esta inserção apresenta rebatimentos no espaço urbano.

No quarto capítulo são abordadas as relações entre regulação legal e capitalismo sob dominância financeira. Para tanto, realiza-se uma breve incursão histórica com o objetivo de evidenciar a temporalidade longínqua das relações entre capitalismo e regulação legal. Para além dessa contextualização, o capítulo se volta para o papel específico de mediação realizado pela regulação legal nas relações entre capitalismo e terra urbana e suas funções no momento atual de dominância financeira.

Por fim, no quinto capítulo será apresentado o estudo de caso sobre o novo marco normativo de regularização fundiária instituído no país, Lei 13.465 (BRASIL, 2017), e os projetos e regulações posteriores editadas sobre o tema. A partir de uma contextualização histórica, seguida de análise sobre o processo legislativo e o texto legal, pretende-se abordar o papel deste novo marco normativo na homogeneização do regime jurídico que incide sobre o estoque fundiário urbano brasileiro que pretende condicionar a terra ao uso capitalista, orientado pela busca da acumulação de capital. O capítulo também abordará outras iniciativas regulatórias sobre o tema introduzidas desde a aprovação do referido marco normativo, todas no sentido de aprofundar e aperfeiçoar seus termos e instrumentos para o alcance mais completo e rápido possível de seus objetivos.

Esse último capítulo servirá como uma espécie de síntese do argumento inicialmente apresentado, qual seja, do papel de mediação da regulação legal no aprofundamento das relações entre o capitalismo sob dominância financeira e espaço urbano no Brasil a partir da dimensão fundiária.

Esclarecimentos conceituais preliminares

Ainda a título introdutório, faz-se indispensável esclarecer o sentido em que alguns termos serão usados na presente tese, bem como justificar, desde já, algumas opções conceituais realizadas.

O termo “financeirização” tem sido utilizado de forma ampla por representantes de diversas áreas do conhecimento. Este fato, ao mesmo tempo que revela seu possível caráter agregador, também favorece uma certa confusão terminológica, que por sua vez pode indicar limites teóricos, analíticos e práticos do conceito (CHRISTOPHERS, 2015, p.83/84).

Para evitar qualquer confusão conceitual ou terminológica, opta-se na presente tese pela utilização da expressão ‘capitalismo sob dominância financeira’ - guardando certa analogia ao termo utilizado por Guttman (2008, p.12) -, para tratar da atual forma de organização do capital na qual há uma predominância da esfera financeira sobre a produtiva, com a consequente imposição de uma lógica e de um tempo próprios de acumulação de capital, voltados para um retorno o maior e mais rápido possível para investidores e acionistas.

Além da predominância da esfera financeira sobre a produtiva, adota-se como um dos pressupostos deste trabalho uma compreensão mais ampla do capitalismo sob dominância financeira como processo de disseminação da lógica financeira em diversos setores econômicos e relações sociais, especialmente nos últimos vinte ou trinta anos (SANFELICI, 2013, p.29/30).

Cabe esclarecer que, apesar da escolha conceitual por “capitalismo sob dominância financeira”, o termo “financeirização” ainda estará presente na tese, embora sob um viés mais restritivo, designando o processo de conversão de mercadorias em ativos financeiros, por meio do qual aquelas ganham maior autonomia quanto à determinação de seus preços e formas de circulação.